

O relacionamento do RS com o Exterior

*Teresinha da Silva Bello**

O presente texto analisa as relações do RS com o Exterior no que se refere às suas exportações, às suas relações com o Mercosul e ao aporte de recursos externos para o Estado.

Com relação às exportações gaúchas, são apresentados os resultados globais, por blocos e por países, e os principais produtos exportados pelo RS em 1996.

A segunda parte enfoca as relações do Estado com o Mercosul, os efeitos da associação do Chile e da Bolívia, individualmente, ao referido bloco econômico, a relação entre o Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul (Reconversul) e o Mercosul e a expansão da rede Cidades do Mercosul (Mercocidades).

Na terceira parte, destaca-se a vinda de uma montadora de automóveis para o Estado, e são relacionados os principais projetos de investimentos privados e públicos a serem realizados por empresas multinacionais e por organismos internacionais no RS.

1 - O desempenho das exportações gaúchas

O comportamento das exportações gaúchas em 1996 foi muito superior ao desempenho das vendas externas do Brasil, revertendo o quadro que havia sido registrado no ano de 1995. Se, em 1995, o RS apresentou um

* Economista, Técnica da FEE e Professora da PUC-RS.

A autora agradece às colegas Sônia U. Teruchkin e Beky M. de Macadar e à estagiária Graziela M. Fleck os comentários à versão preliminar do texto.

crescimento de apenas 3,07% em suas exportações contra os 6,77% do País, em 1996, o Estado teve uma variação de 9,30% nas vendas ao Exterior, enquanto as exportações brasileiras cresceram apenas 2,67%. Com isso, a participação das exportações gaúchas no total exportado pelo Brasil elevou-se, passando de 11,14% em 1995 para 11,86% em 1996.

Grande parte desse incremento nas receitas de exportação do Estado deve-se ao aumento nos preços internacionais, ocorrido em 1996, para produtos que compõem a pauta de exportação do RS. Tal foi o caso do fumo, do frango inteiro e do farelo de soja, produtos cotados internacionalmente, cujo preço está muito mais atrelado a fatores externos do que internos. Além disso, produtos manufaturados, como sandálias e chinelos de couro, aparelhos de ar condicionado e partes e acessórios para automóveis e caminhões, também registraram elevação em seus preços médios. Por outro lado, mercadorias como pasta química de madeira, polietileno e óleo de soja registraram, simultaneamente, queda nos preços e nas quantidades, sendo que o maior decréscimo da receita ocorreu com a pasta química de madeira. O couro, por sua vez, apesar do declínio dos preços, teve aumento em sua quantidade embarcada, o que permitiu crescimentos substanciais nas receitas de exportação desse produto.

O principal mercado para as exportações gaúchas continuou sendo os Estados Unidos (EUA), o qual, inclusive, incrementou sua participação nas exportações do RS, passando de 25,52% em 1995 para 29,14% em 1996, fruto de um acréscimo de 24,82% das vendas gaúchas para aquele país no ano passado. A Argentina, a China e o Japão também se mostraram bons compradores de produtos do RS, apresentando taxas de variação de suas compras de 43,66%, 41,77% e 28,24% respectivamente. Entretanto o destaque, apesar da sua pequena participação no total exportado pelo Estado, foi a República Islâmica do Irã, com uma variação de 110,26%, apresentando a maior variação entre os principais países que importam produtos do RS. Por outro lado, tradicionais compradores de mercadorias gaúchas, como a Espanha, os Países Baixos e a Itália, compraram menos do Estado, levando a uma queda de 33,44%, 32,44% e 9,46%, respectivamente, nas receitas de exportação do RS provenientes desses países. Em relação à China, vale destacar o aumento de sua participação nas exportações do Estado — de 4,20% em 1995 para 5,44% em 1996 —, confirmando uma tendência já observada nos últimos anos.

Analisando-se o destino das exportações do RS por blocos econômicos, constata-se que o maior mercado para o RS continua sendo o Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA), com participação de 30,72% nas exportações do Estado, seguido da União Européia, da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) — na qual está inserido o Mercosul — e da Ásia. Cabe ressaltar que a maior taxa de crescimento das exportações gaúchas foi a referente ao Mercosul (26,20%), confirmando a tendência já verificada no ano de 1995, e a participação desse bloco nas vendas do RS ao Exterior em 1996 atingiu 15,82% contra os 13,70% registrados em 1995 (Tabela 2).

Os calçados foram o destaque entre as exportações gaúchas no ano de 1996 (Tabela 4), com uma variação de 13,89% em relação a 1995. Sua participação na pauta de exportações do Estado também aumentou, passando de 24,03% do total exportado pelo RS em 1995 para 25,04% em 1996. Desagregando-se o capítulo dos calçados ao nível de mercadorias (Tabela 6), a principal receita de exportações foi a dos sapatos de couro natural, com sola de borracha, com uma variação de 11,65%. Entretanto o melhor desempenho foi o das sandálias e chinelos de couro natural, cuja taxa de crescimento da receita foi de 27,05%, devido ao aumento no seu preço médio de exportação (21,49%). Deve-se destacar, porém, que as sandálias representam o produto de menor preço médio unitário entre as mercadorias pertencentes ao grupo dos calçados exportados pelos gaúchos. Aqueles de maior valor agregado e, conseqüentemente, de maior preço, como botas de couros e calçados femininos de couro, apresentaram uma diminuição da receita das suas exportações em decorrência de queda nas quantidades embarcadas, já que os preços dos mesmos sofreram elevações (Tabela 5).

O Brasil, embora seja o segundo exportador de calçados para os EUA, vem perdendo mercado para a China. Segundo dados do Departamento de Comércio dos EUA, em 1981 a China exportou 7,1 milhões de pares para aquele país; e o Brasil, 43,0 milhões de pares. Em 1995, ou seja, em apenas 14 anos, a situação inverteu-se dramaticamente para os calçadistas brasileiros: enquanto o País exportou 96,240 milhões de pares para os EUA, a China vendeu 716,1 milhões de pares para o mercado norte-americano (TACHINARDI, 1996).

Apesar dos protestos do Governo brasileiro em relação às tarifas de importação fixadas pelos EUA¹, a maior dificuldade enfrentada pelo País em relação às vendas de calçados para o mercado norte-americano tem sido a concorrência da China nesse mercado, devido aos baixos preços por eles praticados. Também a Itália, após uma forte desvalorização da lira frente ao dólar, tem exercido pressão sobre as exportações de calçado brasileiro.

Enquanto o calçado chinês sempre se destinou às camadas de menor poder aquisitivo, os sapatos italianos caracterizam-se como um produto de elite, tanto pela sua alta qualidade como por estarem na vanguarda da moda. Diante da desvalorização de sua moeda, os italianos podem oferecer sapatos a preços mais baixos; conseqüentemente, os calçadistas italianos estão agora conquistando o mercado intermediário, no qual se insere o sapato brasileiro exportado para os EUA. Desse modo, uma parcela maior da população norte-americana vem se beneficiando dessa vantagem, adquirindo o produto de maior qualidade a preços mais baixos.

Por outro lado, o calçado brasileiro, frente à valorização do real, segue em direção oposta, já que a elevação dos custos internos, dado o não-acompanhamento da taxa cambial, acaba se transferindo para o preço final do produto exportado.

Diante dessas dificuldades externas, os produtores de calçados do RS vêm introduzindo novos métodos de gestão, não só através do deslocamento da produção como até mesmo pela alteração das relações trabalhistas, via flexibilização. Empresas tradicionais do Estado, como Grendene, Azaléia, Paquetá, dentre outras, em vez de ampliarem e/ou instalarem novas fábricas no Vale do Sinos — maior pólo calçadista do Estado —, estão deslocando parte de sua produção para a Região Nordeste brasileiro, principalmente para o Ceará, atraídos pela mão-de-obra barata e pelos incentivos fiscais e creditícios concedidos pelos estados nordestinos.

Em relação ao fator mão-de-obra, além de sua grande disponibilidade, os salários nessa região são bem mais baixos que no sul do País. No caso do Ceará, estão sendo desenvolvidos programas governamentais de treinamento de trabalhadores.

¹ Dez por cento *ad valorem* para calçados de couro feminino e 8,5% para os demais sapatos de couro, enquanto a média de todas as tarifas alfandegárias nos EUA é de 5%.

“O governo cede instalações e, durante sessenta dias, treina trabalhadores locais na fabricação de calçados. Nesse período, eles ganham um salário de R\$ 60,00 e depois recebem por produção. A indústria matriz apenas coloca as máquinas e faz as encomendas (...) Em média, cada pessoa fabrica 6,5 pares por dia e ganha entre R\$ 120 e R\$ 130 por mês.” (YANAKIEM, 1996).

Dentro desse sistema mais flexível de absorção da mão-de-obra, os trabalhadores participam de cooperativas e têm sua remuneração atrelada ao número de unidades produzidas, em vez de serem contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permitindo, assim, que os produtores escapem aos compromissos de alguns encargos trabalhistas previstos na CLT. Esse movimento da indústria calçadista gaúcha apenas reproduz a tendência das fábricas de calçado, em todo o Mundo, de buscarem regiões onde a mão-de-obra seja abundante e barata, pois, tanto nos Estados Unidos quanto na Alemanha, pólos tradicionais, essas fábricas se deslocaram para outras zonas e deixaram em suas regiões de origem apenas algumas marcas fortes (CESAR, BERGAMASCO e GONÇALO, 1997). A própria China acabou virando pólo de atração para a indústria calçadista, e muitas fábricas de outros países migraram para lá.

De modo geral, os incentivos fiscais concedidos pela região Nordeste para atrair os investidores do setor calçadista são basicamente os mesmos:

“(...) fundos de desenvolvimento baseados em devolução de percentuais variados do ICMS devido, em função de fatores como interiorização e geração de mão-de-obra, linhas de crédito para estímulo à exportação e ofertas de terrenos com toda a infra-estrutura, muitas vezes levando à criação de novos distritos industriais” (BERGAMASCO e ADRIANO, 1997).

O Ceará tem se mostrado o estado mais organizado em relação à divulgação dos seus incentivos e talvez por isso lidere a corrida pela atração de novos investimentos do setor de calçados, pois desde 1990 já abriga filiais da indústria Grendene, tradicional exportadora do RS, que “(...) juntas produzem 6,5 milhões de pares/mês e geram 6,7 mil empregos diretos” (BERGAMASCO, 1997).

Com intenção de elevar essa produção para 9,3 milhões de pares/mês, a empresa pretende não só ampliar o atendimento do mercado interno, mas também exportar parte dessa produção, intenção da qual ainda participam

as demais empresas gaúchas instaladas e por se instalarem no Nordeste. Diante de um mercado cada vez mais competitivo, onde as dificuldades para exportar são cada vez maiores, o quadro futuro para as exportações de calçados no RS não parece promissor. Embora o Estado ainda tenha nesse bem o seu principal produto de exportação (considerando-se o conjunto dos diversos tipos de calçados exportados), pode não estar longe o dia em que as vendas externas de calçados pelo Estado deixarão de ser o carro chefe das exportações gaúchas. Se deslocar a produção é a melhor alternativa para os calçadistas, certamente não o é para o RS, que vai ficar prejudicado tanto pela redução do emprego no setor, pelos efeitos a jusante e a montante da cadeia produtiva, quanto pela diminuição de sua receita fiscal.

Outro setor importante das exportações gaúchas, o coureiro, apesar de apresentar uma elevação de 20,83% em suas vendas para o Exterior em 1996 (Tabela 6), vem encontrando alguma dificuldade na colocação de seus produtos com maior valor agregado, em vista das barreiras alfandegárias existentes nos países importadores de couro brasileiro curtido, enquanto as importações de couro *wet-blue* (primeiro estágio de curtimento) e couro salgado, considerados matérias-primas, são isentas de alíquotas. Ou seja, ao mesmo tempo em que restringem a entrada do produto que passou por um certo grau de industrialização, esses países estimulam a entrada da matéria-prima, o que contribui para um aumento das exportações de couro cru pelo Brasil e vem em prejuízo das exportações nacionais do produto mais elaborado. Adicione-se a isso o aumento da concorrência externa para o produto nacional, decorrente do aumento da oferta de couros curtidos pelos demais países, cuja matéria-prima é de origem brasileira. Diante desse quadro, os curtumes estão reivindicando do Governo brasileiro gestão junto aos principais compradores dessa matéria-prima (europeus e asiáticos) no sentido de adotarem alíquotas de importação sobre os couros *wet-blue* e salgado. Caso as negociações entre o Itamaraty e os parceiros comerciais importadores de couro não cheguem a bom termo, a proposta feita pelo empresariado brasileiro do setor é de o País adotar medidas restritivas às exportações de couros *wet-blue* e salgado.

Depois do setor calçadista, o de fumo e seus sucedâneos manufaturados é aquele que apresenta a melhor performance, com destaque para o fumo destalado, curado em estufa, tipo Virgínia, cuja receita de exportação em 1996 elevou-se 42,60% em relação à do ano de 1995 (Tabelas 5 e 6). Parte desse aumento deveu-se à grande elevação do preço médio dessa

mercadoria no mercado internacional (25,8%), sendo também significativo o aumento nas quantidades exportadas desse produto pelo RS. Em decorrência desse excelente resultado, a participação desse tipo de fumo no total das exportações gaúchas elevou-se de 9,16% em 1995 para 11,95% em 1996. Já o fumo destalado tipo Burley apresentou uma variação na receita da ordem de 18,07% devido à elevação do preço médio, mantendo-se as quantidades exportadas praticamente estáveis. O cigarro foi outro produto gaúcho que revelou uma boa performance em suas exportações no ano de 1996, com uma variação de 34,40% na sua receita (Tabelas 5 e 6). Embora seu preço também tenha se elevado nos mercados internacionais, o aumento maior ocorreu nas quantidades embarcadas, permitindo, com isso, um resultado favorável de sua receita em dólares.

Apesar de a produção de fumo no Estado ter aumentado, o setor externo permitiu o escoamento da produção, em função dos problemas climáticos nos EUA, que afetaram a safra norte-americana desse produto e resultaram na já referida elevação dos preços nos mercados externos. Diante dessa alta e com uma boa disponibilidade na oferta, os exportadores brasileiros sentiram-se estimulados a uma atuação mais agressiva no mercado externo, tanto para o fumo em folha quanto para o cigarro, permitindo, assim, o forte crescimento das vendas externas registrado pelo setor.

O farelo de soja foi outro produto de destaque nas exportações gaúchas em 1996, registrando uma variação de 28,96%, o que só ocorreu devido à espetacular alta de 44,29% em seu preço médio, já que as quantidades embarcadas do produto registraram queda. Infelizmente, a redução da safra nacional não permitiu que se aproveitasse plenamente a situação de preços elevados para o grão e o farelo. A alta nos preços internacionais teve como causa o decréscimo da oferta mundial e a conseqüente diminuição nos níveis dos estoques internacionais. Entretanto, no final do ano de 1996, os preços da soja já haviam recuado, tendo em vista as boas condições climáticas nos EUA, as quais permitirão a recuperação dos estoques desse cereal. Comportamento diferente teve o óleo de soja em bruto, registrando uma queda de receita de 26,94% em relação ao ano de 1995 e com um decréscimo do preço da ordem de 10,37%, indicando que também as quantidades embarcadas apresentaram redução.

A exportação de frangos pelo Estado igualmente teve um comportamento favorável, especialmente de frangos inteiros, registrando, em 1996, uma variação de receita de 84,87% em relação ao ano de 1995. Embora o

preço médio tenha se elevado em 15,60%, foi o aumento na quantidade exportada não só pelo RS, mas também pelo Brasil, o que mais contribuiu para esse excepcional desempenho e para a volta do Brasil ao posto de segundo maior exportador de frango do Mundo, passando à frente da França e só perdendo para os EUA. O frango em pedaços, apesar de ter registrado aumento em suas receitas de exportação (8,13%), teve uma queda no seu preço médio de 3,02%, o que impediu um melhor resultado das vendas externas do produto pelo RS.

Dentre os produtos exportados pelo Estado em 1996, também merecem destaque os aparelhos de ar condicionado, o polietileno, as colhedoiras combinadas e a pasta química de madeira (celulose). Esta última, devido à forte retração nos seus preços externos (-41,18%), adicionada à redução da quantidade embarcada, acabou o ano com uma queda de 43,23% em sua receita de exportação. No ano anterior, os preços da celulose estavam muito acima das cotações habituais de mercado, e, em 1996, os mesmos voltaram a se aproximar dos seus níveis médios, afetando, assim, as vendas externas do setor.

O segmento de carne bovina, cujo mercado para o produto gaúcho se concentra na Europa, registrou um sensível decréscimo em suas vendas externas em decorrência do fenômeno da "vacca louca", doença que vem afetando os bovinos da Inglaterra e que reduziu o consumo de carne naquele continente. Por outro lado, no ano de 1996 o Estado foi reconhecido internacionalmente como zona livre de febre aftosa, o que poderá contribuir para um melhor desempenho do setor daqui para a frente.

Com vistas a estimular as exportações, a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai) vem desenvolvendo uma pesquisa em 50 países, abrangendo 18 produtos² gaúchos, para detectar mercados potenciais para a sua exportação pelo RS. Aliado a isso, a idéia da Sedai é incentivar o uso de *trading companies* (empresas comerciais exportadoras) e, com isso, permitir que empresas de menor porte, que atual-

² Couro, autopeças, chocolates, artefatos de plástico, confecções, conservas alimentícias, ferramentas e cutelaria, móveis de madeira, flores e plantas ornamentais, carne de frango, frutas/sucos e vinhos, pedras semipreciosas e seus produtos, mármore e granitos, máquinas e equipamentos em geral, pescados, e informática na área de *software*.

mente não participam do mercado internacional devido aos altos custos para criarem um departamento de comércio exterior, possam fazê-lo através das *tradings*. Na prática, a utilização das *tradings* "(...) funcionaria como se fosse a terceirização do departamento de comércio exterior" (AUMENTO..., 1996).

2 - O RS e o Mercosul

Responsável por 15,82% das vendas gaúchas ao Exterior em 1996, o Mercosul vem se consolidando como um grande mercado para o RS. Classificados por capítulos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM), merecem destaque as seguintes exportações do RS para o Mercosul:³

- caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos;
- plásticos e sua obras;
- veículos automóveis, tratores, ciclos, etc.;
- calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes;
- fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados;
- carnes e miudezas comestíveis;
- adubos/fertilizantes;
- produtos químicos orgânicos;
- obras de ferro fundido, ferro ou aço;
- ferramentas, artefatos de cutelaria, talheres, etc.;
- móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões, etc.;
- café, chá, mate e especiarias;
- ferro fundido, ferro e aço;
- lã, pelos finos ou grossos;
- produtos diversos das indústrias químicas;
- máquinas, aparelhos e material elétrico, etc.;

³ As exportações para os diferentes países do Mercosul e também para o Chile e a Bolívia, desagregadas em nível de mercadorias, encontram-se nas Tabelas 7 a 11.

- papel e cartão; obras de pasta celulósica, etc.;
- borracha e suas obras;
- fibras sintéticas/artificiais, descontínuas.

A associação do Chile e da Bolívia ao Mercosul, através da implantação de uma área de livre comércio entre esse bloco e cada um dos dois países (acordos 4 + 1), deverá contribuir sobremaneira para o aumento do intercâmbio comercial entre eles, e espera-se que o RS também seja beneficiado no futuro próximo pelo incremento de suas exportações para o Chile e a Bolívia. Além disso, os acordos entre o Mercosul e esses dois países representam um forte impulso para a formação da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), fortalecendo o poder de barganha do Brasil e do Mercosul nas negociações hemisféricas em curso para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

A aproximação comercial entre o Chile e o RS já vem ocorrendo desde 1995, quando uma missão empresarial gaúcha viajou àquele país visando não só ao aspecto mercantil, mas também ao estabelecimento de parcerias com empresas chilenas. O RS é o segundo estado brasileiro em volume de exportação para o Chile, perdendo apenas para São Paulo, e fica geograficamente próximo desse país, principalmente se for materializado o corredor bioceânico, que deverá ligar o porto de Rio Grande aos portos chilenos. Além do comércio, o RS está interessado no intercâmbio tecnológico na área de fruticultura, florestamento e pesca, já que o Chile está bem avançado na produção de frutas e vinhos, bem como na captura de peixes. Mas é nos possíveis investimentos chilenos no Estado que reside o maior empenho dos gaúchos, uma vez que grupos privados e fundos de pensão chilenos já demonstraram interesse em participar do processo de privatização a ser desenvolvido pelo Estado nas áreas de energia e rodovias e em realizar investimentos conjuntos na área imobiliária (CIOCCARI, 1996). Segundo informações prestadas pelo Ministro da Economia chileno, "(...) os empresários chilenos dispõem de US\$ 4 bilhões para investimentos externos neste ano, recursos que deverão crescer nos próximos anos, e o Brasil receberá uma boa fatia deste total (...). Deverão continuar ocorrendo investimentos e até mesmo a formação de *joint-ventures* nos próximos meses" (FONTOURA, 1996).

O acordo de comércio entre o Mercosul e o Chile também deverá contribuir para acelerar o andamento da ponte São Borja—Santo Tomé, que faz parte do corredor bioceânico previsto. Além de possibilitar o incre-

mento do comércio entre o Estado e o Chile, o corredor igualmente facilitará a troca de mercadorias entre o RS e os países asiáticos e a costa oeste dos EUA.

Da mesma forma, o comércio entre a Argentina e o RS deverá ser intensificado com a construção da ponte, além de esta vir a servir de escoadouro para a produção argentina de arroz, soja, carne e lã. A referida obra já está em andamento no lado argentino, e sua inauguração está prevista para fevereiro de 1998, apesar de, no lado brasileiro, as obras ainda estarem atrasadas. Orçada em US\$ 32 milhões, a travessia, de 1,4 km, deverá contar com recursos dos Governos brasileiro e argentino e da iniciativa privada, através de um consórcio. Os Governos do Brasil e da Argentina entrarão com US\$ 8 milhões cada um, e o restante será pago pelo consórcio privado, o qual receberá em contrapartida o direito de cobrar um pedágio pelo uso da ponte.

Antecipando-se ao processo de ligação entre o Atlântico e o Pacífico, via utilização dos portos chilenos como rota de exportação e importação para outros mercados, o Governo Estadual negocia com os portos de Antofagasta e Valparaíso, este último com rota de acesso via Uruguiana (RS). Já o porto de Antofagasta, através do corredor bioceânico, ligaria os portos de Rio Grande ou Porto Alegre via São Borja-Santo Tomé. Enquanto os chilenos não chegam a referir-se especificamente ao porto de Rio Grande ou ao de Porto Alegre, o Governo de Salta, na Argentina, refere-se especificamente ao porto fluvial de Porto Alegre como sendo a alternativa, no Rio Grande do Sul, para o corredor (MATZENBACHER, 1996).

A associação da Bolívia ao Mercosul também deverá ter reflexos sobre a economia gaúcha, e o maior deles, no momento, é a construção de um gasoduto que deverá estender-se de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, até Canoas no RS, passando por Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. No Estado, o gasoduto deverá atender a 29 municípios⁴, beneficiando mais de 100 indústrias gaúchas nas áreas de petroquímica,

⁴ Cambará do Sul, São Francisco de Paula, Igrejinha, Taquara, Parobé, Sapiranga, Campo Bom, Novo Hamburgo, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa, Feliz, São Sebastião do Caí, Portão, Montenegro, Estância Velha, Esteio, Sapucaia do Sul, Gravataí, Viamão, Guaíba, Eldorado do Sul, Charqueadas, Triunfo e Porto Alegre.

papel e celulose, siderurgia e vidro, além de possibilitar uma termelétrica em Caxias do Sul. Com a previsão do início das obras para abril de 1997, o gasoduto deverá fornecer gás boliviano ao Estado por, no mínimo, 20 anos, já que esse foi o prazo de validade do acordo assinado entre os Governos Federal e Estadual, a Petróleo Brasileiro (Petrobrás) e a Companhia de Gás do Rio Grande do Sul (Sulgás).

Com mais de 3.000km de extensão, a construção do gasoduto projeta um investimento de US\$ 2 bilhões, sendo US\$ 400 milhões na Bolívia e o resto no Brasil, e vem sendo considerada a “terceira obra do século”, perdendo apenas para o Gasoduto do Alasca e para aquele que liga a Rússia à Europa Ocidental.

Além da Bolívia, a Argentina igualmente deverá fornecer gás e energia ao Rio Grande do Sul, segundo acordo firmado entre o Brasil e a Argentina, em maio de 1996. Dois projetos estimados em US\$ 600 milhões, com participação da iniciativa privada, permitirão ao Brasil a compra de gás natural e de energia pronta do país vizinho, a partir de 1998. No primeiro, o RS comprará gás argentino para uma usina térmica a ser implementada em Uruguaiana, o que exigirá a construção de um gasoduto de 440km em território argentino, a um custo de US\$ 100 milhões, e deverá fornecer 2,5 milhões de m³/dia de gás. No segundo, o RS comprará excedentes energéticos da Argentina e, para tanto, deverá instalar uma conversora de frequência, no Município de São Borja, de 50Hz utilizada na Argentina para 60Hz. Os dois projetos juntos deverão aumentar a disponibilidade energética no Estado em 950MW, sendo 450MW em Uruguaiana e 500MW em São Borja.

Ainda como parte do processo de integração decorrente do Mercosul, o Estado deverá comprar energia do Uruguai, instalando uma conversora de frequência em Santana do Livramento, que possibilitará o fornecimento de 70MW, com possibilidade de aumento progressivo até o limite de 250MW.

Caso todos os acordos se concretizem — e espera-se que isso aconteça —, o fantasma da falta de energia que vem assombrando o RS há décadas talvez possa ser exorcizado, o que poderá aumentar o poder de atração do Estado para novos investimentos.

Outro efeito do Mercosul sobre a economia gaúcha tem sido a maior atenção dispensada pelos Governos Federal e Estadual à Metade Sul do Estado, onde vários contratos para financiamentos e projetos destinados a essa região já foram assinados. Desde maio de 1996, quando foi lançado, o Reconversul já financiou mais de R\$ 100 milhões (METADE..., 1996). A

idéia é promover um maior desenvolvimento do sul do Estado, até certo ponto para fazer frente aos desafios representados pela concorrência das economias argentina e uruguaia naquela região, tendo em vista a similaridade existente entre as mesmas e a maior competitividade apresentada por muitos produtos da Argentina e do Uruguai.

Caracterizando-se por ser uma região de economia agropastoril, a Metade Sul não se desenvolveu como a economia industrial do norte do RS. A iniciativa proposta por alguns líderes no Estado tem sido a de solicitar ao Governo Federal tratamento especial para a região sul do Estado semelhante àquele oferecido para o norte e o nordeste do País, beneficiados com uma série de incentivos; ou até mesmo exigir do Governo Federal programas semelhantes àqueles implementados pela União Européia para os países menos desenvolvidos daquele bloco. Isto porque, para muitos, "(...) a situação chegou a um nível tal, que as situações convencionais não mais serão suficientes, porque se somaram as deficiências na infra-estrutura, com a crise da produção primária e os efeitos indesejáveis do Mercosul" (ZONA ..., 1996).

Ainda no âmbito do Mercosul, a rede de Cidades do Mercosul (Mercocidades), criada em novembro de 1995 e abrangendo várias cidades⁵, vem expandindo sua área de atuação com a adesão de novos municípios, como Buenos Aires, Recife, Fortaleza e Ribeirão Preto, dentre outros. Na sua primeira fase, elegeu três temas prioritários para a integração entre os municípios do bloco do Mercosul (o comércio, a ciência e tecnologia e a cultura) e fixou um duplo objetivo: "O primeiro, propiciar uma articulação, ser uma voz dos municípios no processo de integração que vem sendo tocado basicamente pelos governos federais. O segundo, incrementar o intercâmbio entre as cidades na cultura, ciência e tecnologia, turismo ou área comercial" (EMPRESÁRIOS..., 1996). Parte desse objetivo já vem sendo atingido com grande intensidade na área cultural, através de promoções realizadas entre os países-membros.

Nas palavras de Tarso Genro, ex-Prefeito de Porto Alegre, "(...) a estratégia econômica da rede é formar um bloco de defesa da economia regional no interior do Mercosul" (CIDADES..., 1996). Através da troca de in-

⁵ Ao tempo de sua criação, faziam parte da rede 11 cidades: Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Rio de Janeiro, Salvador, Montevideu, Assunção, Rosário, La Plata e Córdoba, que têm mais de 500 mil habitantes ou importância econômica ou turística no Mercosul.

formações e do intercâmbio em diversas áreas, os municípios participantes promovem discussões de experiências de sucesso e as possibilidades de as mesmas serem transplantadas. Na última reunião de prefeitos das Mercocidades, ocorrida em setembro de 1996, dentre outros temas, discutiu-se a criação de oportunidades nas áreas de alimentação, eletroeletrônica, metalmeccânica e informática. Embora não possua um documento equivalente ao Tratado de Ouro Preto, que consolidou o Mercosul, a rede Mercocidades pode contribuir para o processo de integração, criando canais de acesso para os principais mercados do bloco e, com isso, ajudando a fortalecer o Mercosul.

3 - A vinda da montadora de automóveis para o RS e outros recursos externos

O anúncio da vinda da fábrica de automóveis da General Motors (GM) para o RS foi o grande destaque de 1996 no que se refere à captação de recursos externos pelo Estado do Rio Grande do Sul, já que, até então, o RS havia sido preterido por todas as fábricas que se candidataram a instalar-se no Brasil.

O drama do Estado para atrair uma das várias montadoras começou em 1975, quando a Fiat se instalou em Minas Gerais. Quase 20 anos depois, em dezembro de 1994, a Honda anunciou uma fábrica para São Paulo. A partir daí, os dois anos seguintes foram uma sucessão de tentativas fracassadas para que o RS pudesse ter sua montadora. Em janeiro de 1996, a Volvo resolveu instalar sua fábrica de caminhões em Curitiba. Três meses depois, a Renault também se decidiu pelo Paraná, num investimento de US\$ 1 bilhão e que contou com excepcionais condições oferecidas pelo Governo paranaense. Um mês depois da decepção sofrida pelo RS, em abril de 1996, a Mercedes Benz optou por Minas Gerais como local para sua fábrica de automóveis. Em julho do mesmo ano, foi a vez de a Volkswagen comunicar a instalação de uma fábrica de ônibus e caminhões no Rio de Janeiro. Essa mesma empresa, em outubro de 1996, resolveu abrir uma fábrica de motores em São Paulo. Até os otimistas já estavam perdendo a esperança, e o próprio presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS), no mês de setembro, qualificou o problema como “rejeição geográfica” (ROSSI, 1996).

Finalmente, em dezembro de 1996, exatos dois anos após a retomada do esforço do RS em busca de uma montadora, a GM comunicou que sua próxima fábrica de automóveis a ser instalada no Brasil ficaria localizada no Rio Grande do Sul!

Face às excepcionais condições oferecidas pelo Paraná na disputa pela Renault, que acabaram desbancando o RS na luta pela fábrica francesa, o Governo gaúcho, para atrair a GM, viu-se forçado a oferecer condições especiais à montadora norte-americana. Foi criado um pacote com quatro projetos de incentivos à montadora, os quais foram aprovados pela Assembléia Legislativa e que, no total, concedem vários incentivos à empresa, a qual deverá fazer um investimento direto da ordem de R\$ 600 milhões:

“Criação do Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul (Fomentar/RS), com prazo de 15 anos, carência de 10 anos e prazo de amortização de 12 anos.

“Mudança no Programa de Reforma do Estado, para permitir repasse de recursos vindos da abertura de capital ou privatização parcial de estatais para financiamento destinados à implementação de empreendimentos privados.

“Criação da Companhia Especial de Implantação do Complexo Automotivo, com capital de R\$ 60 milhões. O objetivo é facilitar a captação de recursos para financiar a infra-estrutura para o complexo GM.

“Limitação do uso simultâneo do Fundopen e outros incentivos fiscais. As empresas podem requerer mais de um incentivo, mas não poderão usufruir de mais de um ao mesmo tempo” (ASSEMBLÉIA..., 1996).

Ainda como parte dos incentivos, aos R\$ 60 milhões de capital da Companhia Especial de Implantação do Complexo Automotivo (CEIC) serão acrescidos R\$ 100 milhões do Banrisul e recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). E, a partir do momento em que o Fomentar estiver esgotado, passará a vigorar o Fundopen, que poderá ser usado pela GM, com retorno de 75% do ICMS mensal novo gerado, por um período de oito anos. O terminal portuário da GM deverá entrar na pauta dos investimentos em infra-estrutura a serem realizados pelo Governo do Estado, bem como a terraplanagem do terreno a ser ocupado pela GM, gás, luz e água.

Contrariando todos os argumentos até então apresentados para a não-inclusão do RS no mapa das montadoras, como a distância dos grandes centros consumidores e de matérias-primas e insumos necessários, a falta de energia, a precariedade nas vias de comunicação, etc., o Diretor Adjunto da GM para assuntos internacionais e coordenador do projeto de instalação das duas fábricas no sul disse que

“(…) não foram as vantagens oferecidas pelo Governador Antônio Britto que pesaram na escolha da GM para a implantação da montadora. Segundo o executivo, o Estado foi eleito pela infra-estrutura que oferece, pelo desenvolvimento de seu sistema de logística, localização e qualidade da mão-de-obra (...) Disse ainda que a unidade gaúcha vai atuar em sinergia com a fábrica de Corsa que a GM está implantando em Rosário, na Argentina” (GUIMARÃES, 1996).

Outro executivo da GM, Diretor de Assuntos Corporativos da General Motors do Brasil, ressaltou a importância dada pela GM ao Mercosul, destacando as duas fábricas que a empresa tem na Argentina e a expressiva presença da mesma no Uruguai e no Paraguai, e afirmou: “A proximidade física do Rio Grande do Sul com o Mercosul foi considerada dentro das nossas hipóteses de exportação e importação, incluindo fábricas argentinas.” (LEAL, 1996). Ainda de acordo com a mesma fonte, o executivo da GM também afirmou que os projetos gaúcho e catarinense da empresa são integrados e que, com a globalização, os dois projetos também estão integrados com as fábricas de São Paulo.

Diante do exposto, o grande desafio para o Estado parece ser a construção de *clusters* (aglomerações, uma espécie de ecossistema competitivo), onde fabricantes e fornecedores coexistem em relativa proximidade, desenvolvendo a complementaridade entre si e induzindo a busca de melhoramentos capazes de sustentar a competitividade. Ou seja, a implantação de uma montadora no Estado, junto com seus fornecedores que por aqui venham a se instalar, atuaria como pólo de atração para outras montadoras. Para se tornar atrativo, o Estado deverá promover a infra-estrutura necessária à implantação das empresas, o que pressupõe melhoria dos serviços nas áreas de telecomunicações, energia elétrica, estradas, aeroportos e portos, bem como o desenvolvimento de programas de capacitação de mão-de-obra, o que, em parte, já vem sendo providenciado pelo Estado. Por enquanto, a única que se decidiu pelo RS foi a GM, já que, logo após o anúncio da vinda da montadora para o

Estado, a Audi, em consórcio com a Volkswagen, anunciou a construção de uma fábrica no Paraná, com investimento projetado de R\$ 500 milhões, e a Ásia Motors anunciou sua ida para a Bahia, onde deverá investir US\$ 600 milhões.

Pelo lado do setor privado, além da montadora de carros, outros investimentos externos também estão vindo para o RS. Dentre eles, destaca-se a inauguração da nova fábrica da Souza Cruz, controlada pelo grupo multinacional British American Tobacco, com um investimento de US\$ 81 milhões, com capacidade de gerar 2.000 empregos diretos e uma estimativa de geração de 1.350 empregos terceirizados, sendo que, para os próximos cinco anos, a empresa prepara investimentos da ordem de US\$ 650 milhões. Parte dessa cifra será destinada à modernização do seu parque industrial, e o restante (aproximadamente US\$ 400 milhões) será aplicado na implantação de uma fábrica de cigarros. A ampliação da fábrica contou com incentivos estaduais e municipais. O Governo do Estado concedeu à empresa os benefícios do Fundo de Operação-Empresa (Fundopen). "A isenção de ICMS será em torno de 45% sobre o incremento nos próximos oito anos. E o município isentou a empresa do IPTU até o ano 2004, além de ter doado a área e isentado do pagamento ISSQN." (BAHIA, 1996). Outra empresa de Santa Cruz, igualmente ligada ao setor fumageiro, já anunciou planos de expansão, com investimentos previstos de US\$ 220 milhões até o ano 2000, os quais receberão os mesmos incentivos fiscais concedidos à Souza Cruz.

A zona sul do Estado também receberá investimentos provenientes do Exterior, com a instalação de duas unidades produtoras de aglomerados de madeiras, uma no Distrito Industrial de Rio Grande e outra na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Rio Grande; o total a ser investido deverá alcançar os US\$ 205 milhões. Nesse caso, os benefícios previstos serão aqueles incluídos no Fundopen e no Reconversul, podendo alcançar até 75% de isenção do ICMS; e, devido à sua cadeia produtiva, essas unidades produtoras deverão criar em torno de 1.530 empregos diretos. Junto com esses investimentos, virá uma unidade de resinas petroquímicas e uma usina de energia de 2MW, que constituirão o Complexo Industrial e Florestal da Metade Sul, uma *joint-venture* de grupos canadenses e alemães com empresas brasileiras.

Pelo lado dos investimentos do setor público, vários contratos foram firmados entre o Governo do Estado e o Banco Internacional de

Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que também garantirão um razoável aporte de recursos externos para o Estado a partir de 1997, os quais serão aplicados na reforma do Estado, na recuperação e na construção de estradas, no setor rural e em obras de saneamento. Um dos maiores projetos é o Pró-Guaíba, com financiamento do BID e aportes do Tesouro Estadual. Estimado em R\$ 220 milhões, a serem liberados ao longo de cinco anos, caberão R\$ 132,3 milhões ao BID, sendo o restante completado pelo Estado. Já em 1997, os recursos à disposição do projeto Pró-Guaíba serão da ordem de R\$ 73 milhões e deverão destinar-se à ampliação da rede de esgotos de Cachoeirinha e de Gravataí, à construção de suas estações de tratamento de água e de 600km de rede de transporte (emissários).

Outro projeto de vulto é o dos Corredores de Transporte, com investimentos previstos de R\$ 300 milhões em cinco anos e liberação de US\$ 55 milhões já em 1997. Com os recursos provenientes do BID, do Eximbank do Japão e do Estado para esse projeto, deverão ser pavimentados 900km de estradas em todo o RS (corredores do Mercosul). Ainda na área dos transportes, o Programa Nacional de Melhoria de Rodovias — com recursos do BIRD e do Estado avaliados em US\$ 150 milhões a serem desembolsados ao longo de quatro anos — deverá receber, ainda em 1997, R\$ 30 milhões.

Em relação ao setor rural, o Projeto Pró-Rural 2000 é uma parceria entre BIRD, Estado, prefeituras e produtores, perfazendo um total de R\$ 208 milhões a serem desembolsados ao longo de seis anos, dos quais R\$ 21 milhões estão previstos já para 1997. Tem como objetivo principal trazer benefícios para a pequena propriedade rural (80 mil pequenos produtores) através da melhoria de sua produtividade.

Para a Reforma do Estado, o BIRD emprestará R\$ 150 milhões, desembolsáveis ao longo de dois anos, sendo que R\$ 70 milhões deverão ser liberados ainda em 1997. Para a Reforma Tributária, os recursos virão do BID, do Estado e da Caixa Econômica Federal, perfazendo um total de R\$ 40 milhões em um período de dois anos, dos quais R\$ 25 milhões previstos para 1997.

4 - Considerações finais

No âmbito do setor externo, 1996 pode ser considerado um ano favorável para o RS, apesar das dificuldades decorrentes da taxa de câmbio sobrevalorizada. Suas exportações tiveram um desempenho bem acima das nacionais, devido à elevação dos preços de várias *commodities* exportadas pelo Estado, no mercado internacional, em uma situação claramente conjuntural.

Em relação ao Mercosul, as vendas do Estado têm sido crescentes, e a associação do Chile e da Bolívia ao bloco deverá estimular ainda mais as exportações gaúchas para os países do Cone Sul. Além disso, a adesão do Chile deverá não só acelerar o corredor bioceânico ligando o RS ao Pacífico, como favorecer as negociações com os chilenos na busca de novos investimentos para o Estado. Depois de vários anos de negociações, iniciaram-se as obras para a construção da ponte São Borja—Santo Tomé, que deverá fazer parte desse corredor.

A assinatura do acordo Brasil-Bolívia para a construção do gasoduto, no ano que passou, também foi um fato bastante positivo para o Estado, já que o gás boliviano deverá alcançar o RS, melhorando a situação energética do mesmo. Também a Argentina assinou acordos de fornecimento de gás e energia para o Estado, o que deverá beneficiar especialmente a região oeste.

Na área de investimentos do setor público, instituições como o BIRD e o BID assinaram vários contratos de financiamento com o Governo Estadual, o que vai possibilitar, dentre outros, melhoramentos de rodovias e programas de saneamento, embora signifiquem aumento no endividamento estadual.

Mas foi na área dos investimentos externos privados que o RS teve sua maior vitória no ano de 1996, ao conseguir que a GM se decidisse pelo território gaúcho para instalar sua nova montadora. E, a julgar pelas intenções de investimentos declaradas por vários dirigentes de empresas privadas de capital externo, novos investimentos diretos estão sendo programados para o Estado nos próximos anos.

Tabela 1

Exportações mensais do Brasil e do Rio Grande do Sul — 1995-96

PERÍODOS	BR (US\$ mil FOB) (A)	RS (US\$ mil FOB) (B)	PARTICIPAÇÃO % (B/A)
1995			
Jan.	2 980 190	357 980	12,01
Fev.	2 951 705	356 212	12,07
Mar.	3 798 681	332 280	8,75
Abr.	3 393 925	371 117	10,93
Mai	4 204 779	524 387	12,47
Jun.	4 119 904	535 515	13,00
Jul.	4 004 042	491 670	12,28
Ago.	4 558 094	532 321	11,68
Set.	4 166 886	432 919	10,39
Out.	4 405 190	415 929	9,44
Nov.	4 047 845	444 991	10,99
Dez.	3 875 042	386 334	9,97
Total	46 506 283	5 181 655	11,14
1996			
Jan.	3 472 938	335 472	9,66
Fev.	3 404 705	396 427	11,64
Mar.	3 408 144	384 976	11,30
Abr.	4 271 322	464 234	10,87
Mai	4 505 748	601 688	13,35
Jun.	3 839 946	535 374	13,94
Jul.	4 458 942	614 236	13,78
Ago.	4 380 857	571 464	13,04
Set.	4 115 239	449 348	10,92
Out	4 187 927	453 205	10,82
Nov.	3 911 559	429 830	10,99
Dez.	3 789 399	427 386	11,28
Total	47 746 726	5 663 640	11,86
$\Delta\%$ <u>1996</u> 1995	2,67	9,30	

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 2

Exportações, por blocos econômicos, do RS — 1995 e 1996

BLOCOS	VALORES (US\$ FOB)		PARTICIPAÇÃO %		Δ% 1996 1995
	1995	1996	1995	1996	
ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO	1 033 057 118	1 195 183 647	19,94	21,10	15,69
Mercosul	709 864 070	895 863 163	13,70	15,82	26,20
Argentina	364 104 717	523 076 580	7,03	9,24	43,66
Uruguai	174 940 907	189 712 302	3,38	3,35	8,44
Paraguai	170 818 446	183 074 281	3,30	3,23	7,17
Demais países da ALADI (exclui- sive o México)	323 193 048	299 320 484	6,24	5,28	-7,39
Chile	117 770 592	119 218 557	2,27	2,10	1,23
Bolívia	60 882 118	66 763 226	1,17	1,18	9,66
Venezuela	40 577 511	37 652 679	0,78	0,66	-7,21
Colômbia	42 695 975	36 233 898	0,82	0,64	-15,14
Peru	39 455 150	24 692 098	0,76	0,44	-37,42
Ecuador	21 811 702	14 760 026	0,42	0,26	-32,33
NAFTA	1 403 240 124	1 739 955 338	27,08	30,72	24,00
Estados Unidos	1 322 291 016	1 650 541 923	25,52	29,14	24,82
Canadá	62 202 163	58 320 878	1,20	1,03	-6,24
México	18 746 945	31 092 537	0,36	0,55	65,85
DEMAIS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	29 709 812	34 462 138	0,57	0,61	16,00
Panamá	6 666 599	8 539 633	0,13	0,15	28,10
Porto Rico	10 317 052	9 630 788	0,20	0,17	-6,65
Cuba	3 880 738	9 675 114	0,07	0,17	149,31
República Dominicana	7 970 633	6 037 877	0,15	0,11	-24,25
Haiti	874 790	578 726	0,02	0,01	-33,84
COMUNIDADE E MERCADO COMUM DO CARIBE (Caricom)	8 012 638	6 479 569	0,15	0,11	-19,13
Guiana	3 843 206	3 165 347	0,07	0,06	-17,64
Jamaica	1 916 520	1 556 692	0,04	0,03	-18,78
Trinidad e Tobago	1 756 494	1 212 869	0,03	0,02	-30,95
Outros	496 418	544 661	0,01	0,01	9,72
MERCADO COMUM CENTRO- -AMERICANO (MCCA)	21 906 326	15 441 157	0,42	0,27	-29,51
Costa Rica	8 186 518	5 712 634	0,16	0,10	-30,22
El Salvador	5 176 963	2 655 134	0,10	0,05	-48,71
Guatemala	5 034 685	4 754 669	0,10	0,08	-5,56

(continua)

Tabela 2

Exportações, por blocos econômicos, do RS — 1995 e 1996

BLOCOS	VALORES (US\$ FOB)		PARTICIPAÇÃO %		Δ% 1996 1995
	1995	1996	1995	1996	
	Honduras	3 104 172	1 953 966	0,06	0,03
Nicarágua	403 988	364 754	0,01	0,01	-9,71
DEMAIS PAÍSES DA AMÉRICA	10 258 054	7 897 994	0,20	0,14	-23,01
Suriname	1 266 634	2 726 821	0,02	0,05	115,28
Martinica	1 706 789	1 585 118	0,03	0,03	-7,13
Antilhas Holandesas	1 532 289	1 376 675	0,03	0,02	-10,16
Guadalupe	1 594 333	729 844	0,03	0,01	-54,22
Guiana Francesa	1 181 452	1 344 532	0,02	0,02	13,80
Outros	2 976 557	135 004	0,06	0,00	-95,46
UNIÃO EUROPÉIA (UE)	1 502 374 779	1 260 279 115	28,99	22,25	-16,11
Itália	305 234 362	276 373 939	5,89	4,88	-9,46
Alemanha	226 158 326	249 279 199	4,36	4,40	10,22
Reino Unido	236 786 890	237 381 031	4,57	4,19	0,25
Espanha	238 020 145	158 419 058	4,59	2,80	-33,44
Bélgica	125 256 552	116 864 218	2,42	2,06	-6,70
Países Baixos	160 071 517	108 143 920	3,09	1,91	-32,44
França	84 275 357	41 016 989	1,63	0,72	-51,33
Dinamarca	60 894 591	19 584 883	1,18	0,35	-67,84
Portugal	26 724 792	14 799 482	0,52	0,26	-44,62
Suécia	14 566 907	14 960 712	0,28	0,26	2,70
Grécia	13 217 382	11 503 034	0,26	0,20	-12,97
Áustria	4 167 392	5 383 092	0,08	0,10	29,17
Finlândia	3 975 756	5 166 812	0,08	0,09	29,96
Irlanda	2 888 065	1 402 746	0,06	0,02	-51,43
Luxemburgo	136 745	0	0,00	0,00	-100,00
EUROPA ORIENTAL	61 211 621	96 512 253	1,18	1,70	57,67
Polônia	6 419 024	37 935 433	0,12	0,67	490,98
Federação da Rússia	36 550 309	36 186 075	0,71	0,64	-1,00
República Tcheca	4 912 378	9 244 590	0,09	0,16	88,19
Romênia	1 701 554	4 200 675	0,03	0,07	146,87
República Eslovaca	425 041	2 898 312	0,01	0,05	581,89
Hungria	10 003 998	2 633 947	0,19	0,05	-73,67
Ucrânia	189 952	641 939	0,00	0,01	237,95
Outros	1 009 365	2 771 282	0,02	0,05	174,56
DEMAIS PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL	35 480 347	41 254 671	0,68	0,73	16,27
Suíça	14 591 981	16 758 366	0,28	0,30	14,85
Turquia	13 057 048	14 637 745	0,25	0,26	12,11
Noruega	7 134 618	7 890 894	0,14	0,14	10,60
República da Eslovênia	227 938	969 384	0,00	0,02	325,28
Outros	468 762	998 282	0,01	0,02	112,96

(continua)

Tabela 2

Exportações, por blocos econômicos, do RS — 1995 e 1996

BLOCOS	VALORES (US\$ FOB)		PARTICIPAÇÃO %		Δ% 1996 1995
	1995	1996	1995	1996	
ÁSIA (EXCLUSIVE ORIENTE MÉDIO)	797 158 660	892 472 283	15,38	15,76	11,96
China	217 491 457	308 343 136	4,20	5,44	41,77
Japão	153 961 623	197 435 449	2,97	3,49	28,24
Hong Kong	73 053 736	90 649 245	1,41	1,60	24,09
Indonésia	93 537 221	60 182 267	1,81	1,06	-35,66
Filipinas	32 312 196	56 729 716	0,62	1,00	75,57
Taiilândia	45 667 377	44 151 507	0,88	0,78	-3,32
Bangladesh	39 400 041	22 549 799	0,76	0,40	-42,77
Taiwan (Formosa)	31 519 077	23 784 635	0,61	0,42	-24,54
Cingapura	19 679 617	22 661 564	0,38	0,40	15,15
República da Coreia do Sul	37 108 497	22 877 289	0,72	0,40	-38,35
Malasia	17 865 554	25 971 231	0,34	0,46	45,37
Índia	6 663 912	7 912 586	0,13	0,14	18,74
Paquistão	27 831 502	7 813 267	0,54	0,14	-71,93
Vietnã	384 384	679 365	0,01	0,01	76,74
Afganistão	0	202 886	0,00	0,00	-
Outros	682 466	528 341	0,01	0,01	-22,58
ORIENTE MÉDIO	113 484 768	187 444 600	2,19	3,31	65,17
República Islâmica do Irã	39 148 195	82 314 093	0,76	1,45	110,26
Arábia Saudita	42 836 285	70 652 958	0,83	1,25	64,94
Emirados Árabes Unidos	6 745 254	11 950 355	0,13	0,21	77,17
Israel	7 480 356	9 814 429	0,14	0,17	31,20
Coveite	2 541 453	5 227 136	0,05	0,09	105,68
Líbano	2 880 706	1 277 548	0,06	0,02	-55,65
Omã	7 772 780	2 695 927	0,15	0,05	-65,32
República Árabe da Síria	898 918	752 795	0,02	0,01	-16,26
Catar	98 502	1 088 980	0,00	0,02	1005,54
Jordânia	682 498	612 734	0,01	0,01	-10,22
Chipre	1 069 269	749 724	0,02	0,01	-29,88
Outros	1 330 552	307 921	0,03	0,01	-76,86
ÁFRICA	90 432 277	108 417 792	1,75	1,91	19,89
África do Sul	27 671 233	46 255 691	0,53	0,82	67,16
Egito	34 722 850	25 869 424	0,67	0,46	-25,50
Moçambique	248 478	4 625 408	0,00	0,08	1761,50
Senegal	2 666 374	2 331 963	0,05	0,04	-12,54
Nigéria	6 798 644	2 544 929	0,13	0,04	-62,57
Zimbabue	2 454 825	1 229 920	0,05	0,02	-49,90
Costa do Marfim	2 275 268	1 592 161	0,04	0,03	-30,02
Etiópia	55 203	1 254 204	0,00	0,02	2171,99
Marrocos	5 768 316	5 056 165	0,11	0,09	-12,35
Tunísia	1 017 976	12 177 598	0,02	0,22	1096,26
Gana	406 392	436 643	0,01	0,01	7,44

(continua)

Tabela 2

Exportações, por blocos econômicos, do RS — 1995 e 1996

BLOCOS	VALORES (US\$ FOB)		PARTICIPAÇÃO %		Δ% <u>1996</u> 1995
	1995	1996	1995	1996	
Cabo Verde	149 455	519 741	0,00	0,01	247,76
Camarões	227 331	405 852	0,00	0,01	78,53
Uganda	138 354	265 287	0,00	0,00	91,75
Angola	260 536	799 399	0,01	0,01	206,83
Outros	5 571 042	3 053 407	0,11	0,05	-45,19
OCEANIA	56 438 609	56 683 673	1,09	1,00	0,43
Austrália	43 680 244	46 831 326	0,84	0,83	7,21
Nova Zelândia	10 955 522	8 337 421	0,21	0,15	-23,90
Papua Nova Guiné	1 475 254	1 027 607	0,03	0,02	-30,34
Outros	327 589	487 319	0,01	0,01	48,76
Provisão de navios e aeronaves	18 889 818	21 155 708	0,36	0,37	12,00
TOTAL	5 181 654 951	5 663 639 938	100,00	100,00	9,30

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 3

Exportações, por países, do RS — 1995 e 1996

PAÍSES	VALORES (US\$ mil FOB)		Δ% <u>1996</u> 1995	PARTICIPAÇÃO %	
	1995	1996		1995	1996
Estados Unidos	1 322 291	1 650 542	24,82	25,52	29,14
Argentina	364 105	523 077	43,66	7,03	9,24
China	217 491	308 343	41,77	4,20	5,44
Itália	305 234	276 374	-9,46	5,89	4,88
Alemanha	226 158	249 279	10,22	4,36	4,40
Reino Unido	236 787	237 381	0,25	4,57	4,19
Japão	153 962	197 435	28,24	2,97	3,49
Uruguai	174 941	189 712	8,44	3,38	3,35
Paraguai	170 818	183 074	7,17	3,30	3,23
Espanha	238 020	158 419	-33,44	4,59	2,80
Chile	117 771	119 219	1,23	2,27	2,10
Bélgica	125 257	116 864	-6,70	2,42	2,06
Países Baixos	160 072	108 144	-32,44	3,09	1,91
Hong Kong	73 054	90 649	24,08	1,41	1,60
República Islâmica do Irã	39 148	82 314	110,26	0,76	1,45
Subtotal	3 925 109	4 490 826	14,41	75,75	79,29
Outros	1 256 546	1 172 814	-6,66	24,25	20,71
TOTAL	5 181 655	5 663 640	9,30	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 4

Exportações, por capítulos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, do RS

CAPÍTULOS	VALORES (US\$ mil FOB)		$\Delta\%$ 1996 1995	PARTICIPAÇÃO %	
	1995	1996		1995	1996
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	1 245 213	1 418 176	13,89	24,03	25,04
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	677 194	923 257	36,34	13,07	16,30
23 - Resíduos das indústrias alimentares; alimentos para animais	480 450	618 809	28,80	9,27	10,93
84 - Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, etc.	288 721	388 856	34,68	5,57	6,87
15 - Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	342 318	252 300	-26,30	6,61	4,45
41 - Peles, exceto peleteria (peles com pelos), e couros	198 205	239 484	20,83	3,83	4,23
02 - Carnes e miudezas comestíveis	192 387	237 335	23,36	3,71	4,19
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc.	175 639	187 589	6,80	3,39	3,31
39 - Plásticos e suas obras	181 982	155 274	-14,68	3,51	2,74
82 - Ferramentas, artefatos, cutelaria e talheres, etc.	99 698	96 847	-2,86	1,92	1,71
29 - Produtos químicos orgânicos	103 988	93 221	-10,35	2,01	1,65
40 - Borracha e suas obras	86 008	92 873	7,98	1,66	1,64
94 - Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões; etc.	83 486	88 395	5,88	1,61	1,56
47 - Pastas de madeira, etc.; desperdícios e aparas de papel	133 314	87 190	-34,60	2,57	1,54
85 - Máquinas, aparelhos e material elétricos, etc.	72 585	74 590	2,76	1,40	1,32
Subtotal	4 361 188	4 954 196	13,60	84,17	87,47
Outros	820 467	709 444	-13,53	15,83	12,53
TOTAL	5 181 655	5 663 640	9,30	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 5

Exportações, por mercadorias, do RS — 1995 e 1996

MERCADORIAS	VALORES (US\$ mil FOB)		$\Delta\%$ 1996 1995	PREÇO MÉDIO		$\Delta\%$ 1996 1995	PARTICIPAÇÃO %	
	1995	1996		1995	1996		1995	1996
	Fumo destalado, curado em estufa, "Virginia"	474 654	676 843	42,60	3,84	4,83	25,78	9,16
Sapatos de couro natural, com sola de borracha	597 313	666 882	11,65	12,05	12,96	7,55	11,53	11,77
Farelo de soja, da extração do óleo	471 695	608 289	28,96	170,98	246,70	44,29	9,10	10,74
Sandálias e chinelos de couro natural	268 383	340 973	27,05	7,77	9,44	21,49	5,18	6,02
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	335 257	244 954	-26,94	596,29	534,45	-10,37	6,47	4,33
Outros calçados de couro natural, cobrindo o tornozelo	154 595	139 148	-9,99	18,13	19,08	5,24	2,98	2,46
Cigarros de fumo (tabaco), exceto feitos à mão	69 846	93 875	34,40	5,99	6,55	9,35	1,35	1,66
Carne de galos, frangos ou galinhas, inteiras	49 106	90 783	84,87	1,09	1,26	15,60	0,95	1,60
Fumo destalado, curado em galpão, "Burley"	69 293	81 811	18,07	4,13	4,88	18,16	1,34	1,44
Carne de galos, frangos ou galinhas, em pedaços	74 577	80 638	8,13	1,99	1,93	-3,02	1,44	1,42
Aparelhos de ar condicionado com ventilador, para parede	58 955	65 076	10,38	300,47	332,35	10,61	1,14	1,15
Polietileno de densidade inferior a 0,94, sem carga, forma primária	81 140	64 485	-20,53	0,87	0,84	-3,45	1,57	1,14
Couro/pele bovino, inteiro/meio, curtido a cromo, úmido	49 405	59 907	21,26	11,14	8,93	-19,84	0,95	1,06
Colhedeiras combinadas	36 225	59 762	64,97	49 828,51	50 474,87	1,30	0,70	1,06
Pasta química de madeira não conífera à soda ou ao sulfato	97 783	55 514	-43,23	0,68	0,40	-41,18	1,89	0,98
Couro/pele bovino, curtido a cromo, flor integral	44 517	52 384	17,67	15,55	14,76	-5,08	0,86	0,92
Polietileno de densidade maior ou igual a 0,94, sem carga, forma primária	55 327	51 832	-6,32	1,03	0,80	-22,33	1,07	0,92
Sapatos de couro natural, uso feminino	57 081	47 835	-16,20	13,46	14,76	9,66	1,10	0,84
Outras carabinas/espingardas, de caça/tiro-alvo	53 721	47 694	-11,22	123,49	132,47	7,27	1,04	0,84
Outras partes/acessórios para automóveis/caminhões	39 351	43 948	11,68	6,04	6,99	15,73	0,76	0,78
Subtotal	3 138 224	3 572 633	13,84	-	-	-	60,56	63,08
Outros	2 043 431	2 091 007	2,33	-	-	-	39,44	36,92
TOTAL	5 181 655	5 663 640	9,30	-	-	-	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 6

Exportações, por capítulos e mercadorias da Nomenclatura Brasileira
de Mercadorias, do RS — 1995 e 1996

CAPÍTULO	VALORES (US\$ mil FOB)		Δ% 1996 1995	PARTICIPAÇÃO %	
	1995	1996		1995	1996
64 - Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	1 245 213	1 418 176	13,89	24,03	25,04
Sapatos de couro natural, com sola de borracha ...	597 313	666 882	11,65	11,53	11,77
Sandálias e chinelos de couro natural	268 383	340 973	27,05	5,18	6,02
Outros calçados de couro natural, cobrindo o tomazelo	154 595	139 148	-9,99	2,98	2,46
Sapatos de couro natural, uso feminino	57 081	47 835	-16,20	1,10	0,84
Outros calçados de couro natural, com sola de borracha	15 536	42 883	176,02	0,30	0,76
Outros	152 305	180 455	18,48	2,94	3,19
24 - Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	677 194	923 257	36,34	13,07	16,30
Fumo destalado, curado em estufa, "Virginia" ..	474 654	676 843	42,60	9,16	11,95
Cigarros de fumo (tabaco), exceto feitos à mão ..	69 846	93 875	34,40	1,35	1,66
Fumo destalado, curado em galpão, "Burley" ...	69 293	81 811	18,07	1,34	1,44
Fumo não destalado, curado em estufa, "Virginia" ..	28 402	33 531	18,06	0,55	0,59
Outros	34 999	37 197	6,28	0,68	0,66
23 - Resíduos das indústrias alimentares; alimentos para animais	480 450	618 809	28,80	9,27	10,93
Farelo de soja, da extração do óleo	471 695	608 289	28,96	9,10	10,74
Outros	8 755	10 520	20,16	0,17	0,19
84 - Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, etc	288 721	388 856	34,68	5,57	6,87
Aparelhos de ar condicionado, com ventilador, para parede	58 955	65 076	10,38	1,14	1,15
Colhedeiças combinadas	36 225	59 762	64,97	0,70	1,06
Motor a Diesel/semidiesel, para automóvel	35	40 437	115 434,29	0,00	0,71
Outros	193 506	223 581	15,54	3,73	3,95
15 - Gorduras, óleos e ceras, animais ou vegetais	342 318	252 300	-26,30	6,61	4,45
Óleo de soja, em bruto, mesmo degomado	335 257	244 954	-26,94	6,47	4,33
Outros	7 061	7 346	4,04	0,14	0,13

(continua)

Tabela 6

Exportações, por capítulos e mercadorias da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias, do RS — 1995 e 1996

CAPÍTULO	VALORES (US\$ mil FOB)		Δ% 1996 1995	PARTICIPAÇÃO %	
	1995	1996		1995	1996
41 - Peles, exceto peleteria (peles com pelos), e couros	198 205	239 484	20,83	3,83	4,23
Couro/pele bovino, inteiro/meio, curtido a cromo, úmido	49 405	59 907	21,26	0,95	1,06
Couro/pele bovino, curtido a cromo, flor integral	44 517	52 384	17,67	0,86	0,92
Couro/pele bovino, curtido a cromo, flor lixada e acabada	34 493	43 910	27,30	0,67	0,78
Outros	69 790	83 283	19,33	1,35	1,47
02 - Carnes e miudezas, comestíveis	192 387	237 335	23,36	3,71	4,19
Carne de galos, frangos ou galinhas, inteiras ..	49 106	90 783	84,87	0,95	1,60
Carne de galos, frangos ou galinhas, em pedaços	74 577	80 638	8,13	1,44	1,42
Outras carnes de suino, congeladas	12 715	32 687	157,07	0,25	0,58
Outros	55 989	33 227	-40,65	1,08	0,59
87 - Veículos automóveis, tratores, ciclos, etc. ..	175 639	187 589	6,80	3,39	3,31
Outras partes/acessórios para automóveis/caminhões	39 351	43 948	11,68	0,76	0,78
Tratores agrícolas, de quatro rodas	22 621	38 073	68,31	0,44	0,67
Outros	113 667	105 568	-7,13	2,19	1,86
39 - Plásticos e suas obras	181 982	155 274	-14,68	3,51	2,74
Polietileno de densidade inferior a 0,94, sem carga, forma primária	81 140	64 485	-20,53	1,57	1,14
Polietileno de densidade maior ou igual a ,0,94, sem carga, forma primária	55 327	51 832	-6,32	1,07	0,92
Outros	45 515	38 957	-14,41	0,88	0,69
Subtotal	3 782 109	4 421 080	16,89	72,99	78,06
Outros	1 399 546	1 242 560	-11,22	27,01	21,94
TOTAL	5 181 655	5 663 640	9,30	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 7

Exportações do Rio Grande do Sul para a Argentina — 1995 e 1996

MERCADORIAS	VALORES (US\$ mil FOB)		$\Delta\%$ 1996 1995	PARTICIPAÇÃO %	
	1995	1996		1995	1996
Motor a Diesel/semidiesel, para automóvel	23	40 288	175 065,22	0,01	7,70
Polietileno de densidade inferior a 0,94, sem carga, forma primária	39 911	35 402	-11,30	10,96	6,77
Colhedeiiras combinadas	16 813	33 860	101,39	4,62	6,47
Outras carnes de suíno, congeladas	5 192	23 370	350,12	1,43	4,47
Polietileno de densidade superior ou igual a 0,94, sem carga, forma primária	22 331	20 846	-6,65	6,13	3,99
Outros reboques/semi-reboques para transporte	10 824	18 562	71,49	2,97	3,55
Tratores agrícolas de quatro rodas	680	15 832	2 228,24	0,19	3,03
Buta-1,3-dieno	13 002	9 602	-26,15	3,57	1,84
Fumo destalado, curado em estufa, "Virgínia"	8 399	8 403	0,05	2,31	1,61
Outras partes/acessórios para automóveis/ônibus/ /caminhões	5 398	8 101	50,07	1,48	1,55
Pasta química de madeira não conífera à soda ou ao sulfato	9 103	8 021	-11,89	2,50	1,53
Aparelhos de ar condicionado, com ventilador, para parede	3 004	7 314	143,48	0,83	1,40
Benzeno	6 175	7 054	14,23	1,70	1,35
Ônibus com motor, ignição por compressão, com capacidade maior que para 20 pessoas	5 815	7 022	20,76	1,60	1,34
Partes de máquinas/aparelhos para colheita.....	937	6 693	614,30	0,26	1,28
Subtotal	147 584	210 082	42,35	40,53	40,16
Outros	216 521	312 995	44,56	59,47	59,84
TOTAL	364 105	523 077	43,66	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 8

Exportações do Rio grande do Sul para o Uruguai — 1995 e 1996

MERCADORIAS	VALORES (US\$ mil FOB)		Δ% 1996 1995	PARTICIPAÇÃO %	
	1995	1996		1995	1996
Mate beneficiado	18 960	20 455	7,89	10,84	10,78
Polietileno de densidade inferior a 0,94, sem carga, forma primária	10 114	10 941	8,18	5,78	5,77
Lã de tosquia, não cardada, não penteada, 46's inferior que finu	9 731	9 735	0,04	5,56	5,13
Outras partes/acessórios para automóveis/ônibus/caminhões	6 944	9 268	33,47	3,97	4,89
Outras carnes de suíno, congeladas	4 120	6 380	54,85	2,36	3,36
Fumo não destalado, curado em estufa, "Virginia"	762	5 271	591,73	0,44	2,78
Colhedeiras combinadas	2 702	4 555	68,58	1,54	2,40
Polietileno de densidade igual ou superior a 0,94, sem carga, forma primária	3 877	3 850	-0,70	2,22	2,03
Outras máquinas/aparelhos mecânicos	823	3 749	355,53	0,47	1,98
Lã de tosquia, não cardada, não penteada, não classificada	1 009	2 979	195,24	0,58	1,57
Polipropileno sem carga, em forma primária	1 226	2 604	112,40	0,70	1,37
Tratores agrícolas de 4 rodas	2 473	2 442	-1,25	1,41	1,29
Máquinas de lavar roupa, capacidade igual ou maior que 10 kg, automática	2 281	2 425	6,31	1,30	1,28
Fumo destalado, curado em estufa, "Virginia"	237	2 417	-	0,14	1,27
Cigarros de fumo (tabaco), exceto feitos a mão	490	2 287	366,73	0,28	1,21
Subtotal	65 749	89 358	35,91	37,58	47,10
Outros	109 192	100 354	-8,09	62,42	52,90
TOTAL	174 941	189 712	8,44	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 9

Exportações do Rio Grande do Sul para o Paraguai — 1995 e 1996

MERCADORIAS	VALORES (US\$ mil FOB)		Δ%	PARTICIPAÇÃO	
	1995	1996	1996	%	
			1995	1995	1996
Adubo/fertilizantes minerais/químicos com nitrogênio/fósforo	14 618	20 238	38,45	8,56	11,05
Cigarros de fumo (tabaco), exceto feitos à mão ..	2 173	10 673	391,16	1,27	5,83
Aparelhos de ar condicionado, com ventilador, para parede	8 836	10 263	16,15	5,17	5,61
Colhedeiros combinadas	6 074	7 594	25,02	3,56	4,15
Outras carabinas/espingardas, de caça/tiro-alvo .	7 160	5 514	-22,99	4,19	3,01
Tratores agrícolas, de quatro rodas	5 270	5 506	4,48	3,09	3,01
Hidrogeno-fosfato de diamônio, teor superior ou igual a 6mg/kg	7 004	4 527	-35,37	4,10	2,47
Carrocerias/cabinas, para ônibus/microônibus	3 436	4 232	23,17	2,01	2,31
Semeadores, plantadores e transplantadores	3 685	4 178	13,38	2,16	2,28
Fumo destalado, curado em estufa, "Virginia"	1 302	4 033	209,75	0,76	2,20
Adubo/fertilizante mineral/químico	1 966	3 666	86,47	1,15	2,00
Polietileno de densidade inferior a 0,94, sem carga, forma primária	3 161	3 168	0,22	1,85	1,73
Sandálias e chinelos de couro natural	1 351	2 732	102,22	0,79	1,49
Pregos de ferro fundido, ferro ou aço	1 769	2 467	39,46	1,04	1,35
Fumo destalado, curado em galpão, "Burley"	1 665	2 401	44,20	0,97	1,31
Subtotal	69 470	91 192	31,27	40,67	49,81
Outros	101 348	91 882	-9,34	59,33	50,19
TOTAL	170 818	183 074	7,17	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 10

Exportações do Rio Grande do Sul para o Chile --- 1995 e 1996

MERCADORIAS	VALORES (US\$ mil FOB)		Δ%1996	PARTICIPAÇÃO %	
	1995	1996		1995	1996
	Poliétileno de densidade superior ou igual a 0,94, sem carga, forma primária	13 787	14 909	8,14	11,71
Carrocerias/cabinas, para ônibus/microônibus	14 362	14 503	0,98	12,19	12,17
Sapatos de couro natural, com sola de borracha	5 354	7 134	33,25	4,55	5,98
Outros reboques/semi-reboques para transporte	5 577	6 365	14,13	4,74	5,34
Sandálias e chinelos de couro natural	2 925	4 634	58,43	2,48	3,89
Poliétileno de densidade inferior a 0,94, sem carga, forma primária	3 328	3 132	-5,89	2,83	2,63
Outros fungicidas	1 060	2 809	165,00	0,90	2,36
Tratores agrícolas de quatro rodas	3 256	2 792	-14,25	2,76	2,34
Qualquer outra borracha de estireno-butadieno	2 544	2 729	7,27	2,16	2,29
Outros falsos tecidos, mesmo impregnados/revestidos	1 977	2 228	12,70	1,68	1,87
Sapatos de couro natural, com sola de borracha	2 670	2 196	-17,75	2,27	1,84
Ônibus com motor, ignição por compressão, com capacidade maior que para 20 pessoas	2 058	2 104	2,24	1,75	1,76
Fumo destalado, curado em estufa, "Virgínia"	1 239	1 820	46,89	1,05	1,53
Armações prontas, para estrutura de concreto	1 866	1 807	-3,16	1,58	1,52
Serra de corrente, de motor não elétrico	1 638	1 738	6,11	1,39	1,46
Subtotal	63 641	70 900	11,41	54,04	59,47
Outros	54 130	48 319	-10,74	45,96	40,53
TOTAL	117 771	119 219	1,23	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Tabela 11

Exportações do Rio Grande do Sul para a Bolívia — 1995 e 1996

MERCADORIAS	VALORES (US\$ mil FOB)			PARTICIPAÇÃO %	
	1995	1996	Δ%	1995	1996
			1996 1995		
Tratores agrícolas de quatro rodas	3 774	5 160	36,72	6,20	7,73
Sandálias e chinelos de couro natural	2 356	5 006	112,48	3,87	7,50
Sapatos de couro natural, com sola de borracha	2 414	4 436	83,76	3,97	6,64
Colhedeiras combinadas	5 308	4 169	-21,46	8,72	6,24
Polietileno de densidade superior ou igual a 0,94, sem carga, forma primária	4 132	3 757	-9,08	6,79	5,63
Carrocerias/cabinas para ônibus/microônibus	1 566	2 727	74,14	2,57	4,08
Outros calçados de matéria textil, com sola de borracha	2 655	2 245	-15,44	4,36	3,36
Outras máquinas/aparelhos mecânicos	2	2 001	99 950,00	0,00	3,00
Fumo destalado, curado em estufa, "Virgínia"	862	1 471	70,65	1,42	2,20
Semeadores, plantadores e transplantadores	832	1 340	61,06	1,37	2,01
Outros calçados de couro natural, com sola de borracha	1 701	1 287	-24,34	2,79	1,93
Artefatos para uso doméstico, de aço inoxidável	803	1 062	32,25	1,32	1,59
Qualquer outro herbicida	614	1 043	69,87	1,01	1,56
Máquinas/aparelhos para indústria cervejeira	13	1 017	7 723,08	0,02	1,52
Colheres/garfos/etc., exceto prateados/dourados.	777	996	28,19	1,28	1,49
Subtotal	29 804	39 713	33,25	48,95	59,48
Outros	31 078	27 050	-12,96	51,05	40,52
TOTAL	60 882	66 763	9,66	100,00	100,00

FONTE: MICT/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Bibliografia

- ASSEMBLÉIA aprova incentivo para GM (1996). **Zero Hora**, Porto Alegre, p.20, 20 dez.
- AUMENTO das importações não preocupa SEDAI (1996). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 dez. Suplemento Jornal da Indústria. p.6.
- BAHIA, Carolina (1996). Santa Cruz vai receber investimentos de R\$ 500 mi. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.8, 13 dez.
- BERGAMASCO, Cláudia (1997). Grendene investirá R\$ 43 milhões no CE. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.C-1, 22 jan.
- BERGAMASCO, Cláudia, ADRIANO, Andreas (1997). Incentivos levam em conta emprego. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.C-1, 22 jan.
- CESAR, Marília de Camargo; BERGAMASCO, Cláudia, GONÇALO JÚNIOR (1997). Agora é Franca que vai ao NE. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-1, 22 jan.
- CIDADES abrem espaço no Mercosul (1996). **Zero Hora**, Porto Alegre, p.18, 4 set.
- CIOCCARI, Marta (1996). Chile vai abrir consulado no Estado. **Zero Hora**, Porto Alegre, p.18, 26 out.
- EMPRESÁRIOS discutem o rumo das Mercocidades (1996). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.23, 6 set.
- FONTOURA, Paulo Ricardo (1996). Empresários chilenos de olho nas privatizações do RS. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.17, 24 out.
- GUIMARÃES, Luiz (1996). Gaúchos podem devolver ICMS à GM por 15 anos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.C-4, 6-8 dez.
- LEAL, Gilberto (1996). Venceu a modernidade gaúcha. **Zero Hora**, Porto Alegre, 8 dez. Caderno Economia. p.14.
- MATZENBACHER, Luiz Oscar (1996). Corredor Bioceânico está em fase de conclusão. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p.11, 15 set.
- METADE Sul ganha projetos e verbas (1996). **Correio do Povo**, Porto Alegre, p.16, 18 out.
- ROSSI, Renato (1996). Extremo Sul não atrai montadoras. **Correio do Povo**, Porto Alegre, p.16, 14 set.
- TACHINARDI, Maria Helena (1996). Calçados: EUA respondem por 29% das importações. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-4, 16 dez.

YANAKIEW, Monica (1996). Indústrias calçadistas migram para o Ceará. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-7, 27 nov.

ZONA Franca pode salvar Metade Sul da estagnação (1996). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.12, 20 nov.